



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006267-63.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**  
 Requerente: **de Santis Comercio de Materiais para Construção Ltda**  
 Requerido: **Karina de Oliveira Stoko Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

A autora De Santis Comercio de Materiais para Construção Ltda. propôs a presente ação contra a ré Karina de Oliveira Stoko Pereira, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 4.771,29, representada pelo cheque nº 850113, do Banco do Brasil, agência 2931, conta corrente nº 20.975-9, no valor de R\$ 3.122,02.

A ré foi citada por carta com aviso de recebimento (**confira folhas 35**), não oferecendo resposta (**confira folhas 36**), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

Pretende a autora a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 4.771,29, originada pelo cheque colacionado às folhas 5/6, o qual não foi compensado por insuficiência de fundos e conta encerrada.

O cheque é ordem de pagamento à vista e a não compensação por insuficiência de fundos caracteriza enriquecimento ilícito. Desnecessária a comprovação da *causa debendi*, de rigor a procedência do pedido, notadamente diante da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pela autora. Inteligência do artigo 344 do Código de Processo Civil.

**1006267-63.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Saliento, no entanto, que a correção monetária tem como termo inicial a data da emissão da cártula, enquanto que os juros de mora são devidos a partir da citação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 3.122,02, devidamente atualizada desde a data da emissão do cheque e acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de julho de 2016.

**Juiz Milton Coutinho Gordo**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**